

N.F. Nº - 232948.0004/21-6
NOTIFICADO - TCS TRANSPORTADORA DE CARGAS LTDA.
NOTIFICANTE - AVELINO PEREIRA DOS SANTOS FILHO
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 12.05.2022

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0051-05/22NF-VD

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. MULTA. A Escrituração Fiscal Digital – EFD é obrigatória para os contribuintes do ICMS, constituindo-se **em um conjunto de registros** de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, bem como de documentos fiscais e de outras informações de interesse do fisco. A Notificada não trouxe aos autos prova capaz de garantir a sua defesa, a mais importante, o Registro destas Notas Fiscais litigadas no **Registro** C100 – Entrada, no Bloco dos Documentos Fiscais de Entradas/Aquisições de suas EFDs, não se desincumbindo, assim, do ônus que lhe competia. Infração subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, no Modelo Fiscalização de Estabelecimento, lavrada em **28/03/2021**, formaliza a exigência de multa no valor histórico de **R\$ 10.202,31**, mais acréscimo moratório no valor de R\$ 2.766,94, perfazendo um total de **R\$ 12.969,25**, em decorrência do cometimento de uma única infração, cujo período de apuração se fez em fevereiro a maio, julho, agosto e dezembro de **2016**, janeiro a maio e outubro de **2017**, decorrente da seguinte infração à legislação do ICMS:

Infração 01 – 016.001.006: Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço tomado sem o devido registro na escrita fiscal.

Enquadramento Legal: Artigos 217 e 247 do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/2012. Multa tipificada no art. 42, inciso IX da Lei de nº 7.014/96.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de seu representante, por documento próprio da SEFAZ/BA de **Requerimento/Justificação** manifestando impugnação, (fl. 25), e documentação comprobatória (fls. 31 a 65) protocolizada na CORAP METRO/PA SAC L. FREITAS na data de 14/06/2021 (fl. 16).

No tópico do “**Requerimento**” requereu que fosse anexada a presente Justificação, na forma do art. 48 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal aprovado pelo Decreto de nº 7.629/99, e que pelas **razões abaixo apresentadas**, que seja declarada a Improcedência Parcial, reconhecendo a procedência do valor de **R\$ 8.859,09**, mais os acréscimos legais devidos.

No tópico “**Razões / Justificativas/ Comprovantes**” informou que o débito apurado por falta de lançamento de notas fiscais de entradas nos exercícios de 2016 e 2017, constatou-se que foram lançadas as Notas Fiscais de nºs 1906, 468, 1916, 476 (ocorrência 03/2016), 226 (ocorrência 07/2016), 451.777 (ocorrência 02/2017), 5724, 14.565, 5661, 93.861, 146.843, 106.618, 106.628, 94.417, 116.387, (ocorrência 03/2017), 6107, 6133, 6218, (ocorrência 05/2017), 714 (ocorrência 09/2017), **16.927, 16.947 (ocorrência 02/2018)**.

O Notificante prestou Informação Fiscal às folhas 67 e 68 onde esclareceu que não foi apresentada

nenhuma prova que admitisse a alegação de defesa da Notificada, sendo que, esta, apresentou, apenas, alguns relatórios destacando, somente, os CFOPs e os valores da operação, não tendo apresentado nenhuma prova material (Registros na EFD ou no Livro de Entradas).

Esclareceu, ainda, que após verificação na EFD e no Livro de Entradas constatou-se que nenhuma das Notas Fiscais reclamadas fora escriturada, e que as Notas Fiscais de nºs **16.927, 16.947 (ocorrência 02/2018)** não foram incluídas na cobrança, apesar de constarem no relatório já anexado à Notificação Fiscal, sendo assim, o valor cobrado deva ser mantido na íntegra.

Finalizou, diante do exposto, julgar procedente, salvo melhor juízo, a Notificação Fiscal, visto que as Notas Fiscais relacionadas e reclamadas pela Notificada não foram escrituradas.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído. É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **28/03/2021**, exige da Notificada multa no valor histórico de R\$ 10.202,31, mais acréscimo moratório no valor de R\$ 2.766,94, perfazendo **um total de R\$ 12.969,25**, em decorrência do cometimento de uma única infração (016.001.002) - **dar entrada** no estabelecimento de mercadoria (s) bens ou serviço (s) sujeito (s) à tributação sem o devido **registro na escrita fiscal**, cujo período de apuração se fez em fevereiro a maio, julho, agosto e dezembro de **2016**, janeiro a maio e outubro de **2017**.

O enquadramento legal utilizado baseou-se nos artigos 217 e 247 do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/2012, e multa tipificada no art. 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e a multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e à ampla defesa, sendo a multa e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em sua impugnação, em síntese, a Notificada reconheceu a procedência do valor de **R\$ 8.859,09**, mais os acréscimos legais devidos, informando que se constatou que foram lançadas as Notas Fiscais de nºs 1906, 468, 1916, 476 (ocorrência 03/2016), 226 (ocorrência 07/2016), 451.777 (ocorrência 02/2017), 5724, 14.565, 5661, 93.861, 146.843, 106.618, 106.628, 94.417, 116.387, (ocorrência 03/2017), 6107, 6133, 6218, (ocorrência 05/2017), 714 (ocorrência 09/2017), **16.927, 16.947 (ocorrência 02/2018)**, **solicitando a Improcedência Parcial**.

O Notificante informou que não fora apresentada nenhuma prova material (Registros na EFD ou no Livro de Entradas), que refutasse a acusação, e após reexame na EFD e no Livro de Entradas da Notificada constatou-se que **nenhuma das Notas Fiscais reclamada fora escriturada**, e que as Notas Fiscais de nºs **16.927 e 16.947 (ocorrência 02/2018)**, não foram incluídas na cobrança, apesar de constarem no relatório já anexado à Notificação Fiscal, sustentando a manutenção integral da infração.

Entendo que no mérito, a lide do presente processo **exige multa por descumprimento de obrigação acessória**, em decorrência de **entrada no estabelecimento de mercadorias, bens ou serviços sujeitos à tributação** sem o devido registro na escrita fiscal, com fulcro nos artigos 217 e 247 do RICMS/BA, e a multa imposta fora a que consta no artigo 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96.

Compulsando os autos, verifico que fora acostado pelo Notificante o Demonstrativo Analítico – Multa – Nota Fiscal de Entrada não Lançada (fls. 07 a 17), donde constam relacionadas todas as Notas Fiscais contestadas pela Notificada como não lançadas, bem como aquelas de nºs **16.927, 16.947 (ocorrência 02/2018)**, **as quais não fizeram parte do presente lançamento**.

Também constato que a Notificada trouxe documentação comprobatória para consubstanciar sua contestação, acostando aos autos, às folhas 31 a 38, **planilhas denominadas** “Registros Fiscais dos Documentos de Entrada de Mercadorias e Aquisição de Serviços, elaborado pela Empresa Inovação Contábil e Consultoria Ltda, onde informa que fora gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, **sem constar nenhuma Nota Fiscal**, contendo o Resumo Total Mensal dos seguintes campos: CST/ICMS, CFOP, Alíquota ICMS, Total Operação, Base de Cálculo ICMS, Total ICMS, Base de Cálculo ICMS ST, Total IPI.

Nesta seara, tem-se que a Escrituração Fiscal Digital – EFD, sendo obrigatória para os contribuintes do ICMS e constituindo-se **em um conjunto de registros** de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, bem como de documentos fiscais e de outras informações de interesse do fisco, em que pese a Notificada alegar que **constatou o lançamento** das Notas Fiscais supracitadas contestadas, não trouxe aos autos prova capaz de garantir a sua defesa, sendo uma delas, a mais importante, ao meu entender, o Registro destas Notas Fiscais litigadas no **Registro** C100 – Entrada, no Bloco dos Documentos Fiscais de Entradas/Aquisições de suas EFDs, não se desincumbindo, assim, do ônus que lhe competia.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da presente Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em Instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **232948.0004/21-6**, lavrada contra **TCS TRANSPORTADORA DE CARGAS LTDA.**, devendo ser intimada a Notificada, para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 10.202,31**, prevista no art. 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios previstos na Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 05 de abril de 2022.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - JULGADOR